

8 Propostas para o Brasil virar o jogo na agenda climática em 2023-2026

Documento preparado pelo Painel de Especialistas da Política por Inteiro em maio/junho de 2022

Índice

Resumo	2
Recomendações para o Programa de Governo	2
1. Política climática no centro do poder e perpassando todo o governo	2
2. Proteger pessoas e comunidades dos riscos climáticos, antes das tragédias acontecerem	3
3. Reduzir imediatamente o desmatamento, para evitar o colapso da Amazônia	4
4. Sistema ambiental forte e Tolerância zero com crimes ambientais, em todo o país	6
5. Prevenir queimadas descontroladas e orientar o uso racional do fogo, em todos os biomas	8
6. Colocar um preço nacional na poluição por carbono e Tornar nossas exportações livres de desmatamento para proteger comércio, investimentos e competitividade	8
7. Completar nossa transição energética de forma justa, com geração de emprego e renda	9
7.1 Petróleo para fora	9
7.2 Renováveis para dentro	9
7.3 “Centrãoduto” ou “Brasduto”	10
7.4 Modernização do setor elétrico e redução da conta de luz das famílias	10
7.5 Diesel importado e inflação	11
8. Promover a transição para Agricultura de Baixo Carbono e viabilizar metas de desmatamento líquido zero na agropecuária	11

Resumo

Estamos – o mundo – em emergência climática. No Brasil, nos últimos quatro anos, perdemos um tempo precioso sob um governo que não reconhece e não enfrenta a crise. A inércia contribui para nos aproximar do colapso climático, cujas consequências já são e serão cada vez mais sentidas por toda a população, com especial gravidade entre os mais pobres e periféricos. É impossível pensar qualquer plano para o futuro do país sem considerar a mudança climática como uma realidade com impactos econômicos e socioambientais. Incorporar esse pressuposto ao projeto de nação colocará o Brasil de volta no grupo dos protagonistas na economia de baixo carbono. Seguir ignorando-o nos manterá à margem de uma transformação global em curso.

Usando como principais referências o [Amazônia 2030](#), o [Brasil 2045](#), o [Clima & Desenvolvimento](#) e demais estudos representativos do conhecimento acumulado pela sociedade civil brasileira, colocamo-nos à disposição para contribuir com recomendações em 2 tempos:

1. Programa de governo: propostas sintetizadas abaixo com base em reunião realizada em 31 de maio e estudos/documentos técnicos referenciados;
2. Plano de Transição de governo: a ser entregue após a campanha, com base no mapeamento de atos a serem revogados, atualizados ou re-regulados da [Política por Inteiro](#), e com foco na reconstrução do aparato de políticas públicas ambientais brasileiro.

Recomendações para o Programa de Governo

1. Política climática no centro do poder e perpassando todo o governo

Precisamos dar um novo rumo à agenda climática em nosso país. Em 2023, o Brasil precisa se dedicar à **redução imediata das taxas de desmatamento e de fogo**, em todos os seus biomas, e **reverter o curso atual de "carbonização" da nossa energia**. O Brasil aprendeu como se previne e controla desmatamento no passado. A maioria das tecnologias necessárias para apoiar uma transição energética já estão disponíveis comercialmente. Mas é preciso um compromisso inegociável com as metas de curto prazo para a transição para baixo carbono - que começa pela correção da atual meta climática brasileira (a "NDC") e segue com a “entrega” de resultados de redução de emissões com foco em 2025. Para tanto, será necessária uma estrutura de política nacional eficaz para colocar um preço no carbono e induzir investimentos em ações estratégicas de curto e longo prazo.

Ações:

- A pauta climática e socioambiental deve extrapolar a caixa do Ministério do Meio Ambiente. Necessário estruturar uma “Presidência Verde”, que contemple uma Secretaria Estratégica sob a Presidência, responsável pela coordenação interinstitucional da política climática, cobrindo assuntos domésticos e internacionais.
- Instaurar uma governança climática interministerial¹, por meio de força tarefa, que perpassse todo o governo e que estimule a pactuação federativa de metas, esforços e recursos.
- Enviar nova contribuição nacionalmente determinada (NDC) do Brasil à ONU, corrigindo a pedalada climática de Bolsonaro², que viola o Acordo de Paris³.
- Instituir um programa de metas focado na redução de 37% das emissões até 2025 para atrair e direcionar investimentos maciços para criação de novos empregos de baixo carbono - similar à Força Tarefa lançada pela África do Sul (que já garantiu US \$12 bi). Garantir o envolvimento e participação dos setores responsáveis, tanto setor privado quanto respectivos ministérios.
- Restaurar os canais de diálogo entre governo e sociedade: reformar o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima para que volte a ser uma instância representativa da ciência e da sociedade⁴ e garanta consultas públicas em todas as próximas rodadas de atualização das metas climáticas.

2. Proteger pessoas e comunidades dos riscos climáticos, antes das tragédias acontecerem

Além da pandemia, muitas famílias e comunidades brasileiras têm enfrentado perdas de entes queridos, patrimônio e lugares de convivência em função de violentas enxurradas. As secas prolongadas têm causado danos aos agricultores e desafiado nosso sistema elétrico. O celeiro do mundo, como o Brasil gosta de ser chamado, está sendo derrotado pelo clima. O PIB agrícola caiu 8% no primeiro trimestre deste ano, em relação a igual período do ano passado. Os efeitos da mudança do clima podem ser sentidos em alterações lentas e graduais – menos visíveis e menos midiáticas e, portanto, mais negligenciadas, e via eventos extremos. Os custos para lidar com os primeiros tendem a ser maiores, mas diluídos ao longo do tempo. Atualmente, investe-se 0,002% do orçamento federal em ações de mitigação e adaptação climáticas, enquanto arca-se com desastres através da alocação de 0,03%⁵.

Ações:

¹ Proposta 1.5 do Brasil 2045, volume 1, OC.

² Proposta 1.1 do Brasil 2045, volume 1, OC.

³ Vide recomendações técnicas específicas [aqui](#).

⁴ Proposta 1.6 do Brasil 2045, volume 1, OC.

⁵ Clima & Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030.

- Força Tarefa de Adaptação: integrar os esforços de Defesa Civil, CEMADEN, ANA, ANEEL, Meio Ambiente, Cidades e sistema de monitoramento do GOOS-Brasil⁶.
- Discutir com a sociedade um mecanismo intergovernamental que possa premiar/induzir municípios a se tornarem mais resilientes e priorizar a proteção de comunidades periféricas, populações costeiras, e povos e comunidades tradicionais, além de regiões mais vulneráveis⁷.
- Induzir o investimento em infraestrutura que permita que nossos sistemas rurais e urbanos se adaptem aos impactos das mudanças climáticas e incluir adaptação no programa de investimento de novas infraestruturas⁸ (hidrelétricas, sistemas de abastecimento de água, linhas de transmissão, estradas, algumas cidades costeiras de baixada, como Recife, Itajaí, Rio, Santos, dando continuidade ao programa Brasil 2040, do governo Dilma).

3. Reduzir imediatamente o desmatamento, para evitar o colapso da Amazônia

O processo de desenvolvimento econômico da Amazônia tem duas características que impactam negativamente a região: a crença de que é preciso desmatar para produzir, e a persistente tolerância com a ilegalidade. É preciso atacar esses problemas de frente, lembrando que os produtos legais e sustentáveis não conseguem competir em preço com a ilegalidade. E o garimpo e a exploração não sustentável da Amazônia geram lucros pífios que, à margem da legalidade, sequer beneficiam as comunidades locais, os governos locais, e muito menos a sociedade brasileira de modo amplo. A Amazônia merece um verdadeiro modelo de desenvolvimento sustentável, que passa por estes pontos fundamentais:

Ações:

- Desenhar um **novo plano de prevenção e controle do desmatamento, pactuado entre federados e atualizado para a realidade de uma Amazônia tomada por quadrilhas armadas**: Investir em fiscalização remota, utilizando e integrando sistemas de dados públicos e da sociedade civil; integrar sistemas das diferentes instâncias públicas (municípios, estados e governo federal); e reforçar os órgãos de fiscalização com contratação de servidores qualificados a lidar com alta tecnologia (mapeamento e monitoramento baseado em Big Data e inteligência artificial);

⁶ Sistema de observação do oceano cujos dados não estão abertos e que precisa ser integrado aos demais sistemas de alertas climáticos.

⁷ Propostas 4.7, 4.8 e 7.4, do Brasil 2045, volume 1, OC.

⁸ Proposta 1.3, 4.7 e 6.10 do Brasil 2045, volume 1, OC.

- **Força tarefa de definição fundiária e coibir mudanças legais que estimulam a grilagem:** existem hoje 143 Mha de área não destinada ou sobre os quais não existem informações fundiárias, concentrando 40% do desmatamento da Amazônia⁹. Recomenda-se força tarefa que priorize:
 - **Identificar as florestas públicas:** garantir definitivamente sua proteção legal, alocando-as para terras indígenas, quilombos, concessões etc, com uma clara mensagem de que não podem ser tituladas, privatizadas;
 - **Potenciais florestas públicas:** checar e definir se são **florestas públicas**. Se as forem, seguem o estabelecido no item A acima. Se forem **áreas ocupadas**, separar as **ocupações antigas** (pré-2011) e encaminhar a titulação. Sobre as **ocupações mais recentes** (pós-2011), retomar as áreas e direcioná-las. As ocupações pequenas podem ser destinadas à reforma agrária, por exemplo. As áreas médias e grandes, para restauração, concessão. A definição sobre o período de ocupação é possível por meio de séries históricas de imagens de satélite.
- **Condicionar crédito rural à produtividade e eficiência ambiental e focado nos municípios que mais reduziram as taxas de desmatamento.** A agropecuária, principalmente, a pecuária precisa sanar a ineficiência da relação área ocupada e produção. A pecuária ocupa 59% da área desmatada no Brasil, mas só gera 39% do valor bruto da produção. Há 80 Mha de pastos degradados no país - ou 4 vezes o tamanho do estado do Paraná. Não é preciso desmatar para produzir mais. Basta ser mais eficiente. Melhorando 0,4% da área de pasto a cada ano, é possível atender o aumento de demanda de produção que foi projetado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Para produzir sem desmatar, os produtores da Amazônia Legal precisariam de apenas cerca de 5% do crédito rural contratado para a região em 2020. São empréstimos feitos pelos produtores rurais e que, hoje, são principalmente empregados na compra de novos animais — mas que podem ser redirecionados para a recuperação de pastagens degradadas. Por outro lado, falta assistência técnica. Na Amazônia, somente 10% dos produtores têm esse apoio técnico. Na região Sul são 48%. A ineficiência cria um ciclo de baixa produtividade, baixos salários, alta dependência de serviços públicos, que, por sua vez, não pode ser adequadamente oferecido por causa dos poucos recursos decorrentes da baixa arrecadação.
- **Restauração florestal, focalizado em assentamentos: a nova grande oportunidade da Amazônia¹⁰. Regulamentar e implementar a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais** (instituída pela Lei 14.119/2021) para assegurar a permanência e a escala da restauração florestal na Amazônia e resto do país. O

⁹ Segundo [Amazônia 2030](#).

¹⁰ A restauração induzida por Programas de Regularização Ambiental, via Código Florestal, têm potencial também em biomas não-amazônicos e deve ser fomentada com a implementação de cadeias produtivas do setor (insumos, mudas, mão-de-obra qualificada). Na Mata Atlântica, por exemplo, o déficit de vegetação nativa ocorreu em mais da metade dos imóveis cadastrados. Vide [estudo](#).

desmatamento excessivo resultou em imensas áreas abandonadas. Em algumas destas áreas ocorre uma regeneração da floresta (vegetação secundária). Em 2019, havia 7,2 milhões de hectares de vegetação secundária no bioma Amazônia, dos quais 5,2 milhões de hectares com baixo potencial agrônômico. Havia 1 milhão de hectares de floresta secundária em assentamentos de reforma agrária¹¹. O foco inicial de restauração florestal em assentamentos para fins de estoque de carbono e de produtos agroflorestais criaria oportunidades para um público muito vulnerável economicamente.

- **Economia: investir nas cidades e deixar a floresta em paz e em pé.** A geração de empregos na Amazônia é mais forte nas cidades, no setor de serviços. Os empregos na pecuária têm caído, apesar do aumento do desmatamento. Logo, a retórica de que os empregos da destruição geram renda é falaciosa. É necessário investir nas cidades para criar mais empregos de qualidade. Apenas 15% da população na região é servida por saneamento básico em comparação com 60% no restante do país. 32% das pessoas entre 18 e 35 na região nem estudam nem trabalham¹². Na região, apenas 2,4% das matrículas são em escolas técnicas, enquanto no restante do país são 4,7%. **Ampliar o acesso à internet banda larga (apenas 55% dos moradores de áreas urbanas e 27% de áreas rurais da Amazônia Legal têm acesso à banda larga).** A experiência internacional mostra que a conexão aumenta os empregos. Em vários países africanos as pessoas localizadas mais próximas de áreas com melhor acesso à internet banda larga têm mais chances de conseguir emprego¹³; oferecer capacitação massiva para jovens (incluindo bolsas de estudo) de acordo com levantamento de maiores potenciais de emprego em cada sub-região; universalizar o saneamento básico para aumentar a produtividade do trabalho e a saúde da população; melhorar as estradas onde as pessoas estão concentradas ao invés de abrir novas em regiões remotas e florestadas.
- Tirar as doações para o Fundo Amazônia¹⁴ do teto de gastos e Garantir que a governança original do **Fundo Amazônia**, que era participativa e paritária, seja mantida ou melhorada, já que esta é condição fundamental para destravar os mais de R\$ 3 bilhões doados por parceiros internacionais e parados;
- Implementar programas de incentivos econômicos (pagamentos por serviços ambientais), focalizando nos **assentamentos de reforma agrária** (há 1 milhão de hectares em restauração já mapeados nesses territórios e outros milhares sob risco iminente de desmate).

4. Sistema ambiental forte e Tolerância zero com crimes ambientais, em todo o país

¹¹ Segundo [Amazonia 2030](#).

¹² No Brasil os nem-nem são 27%. Vide [estudo](#).

¹³ Segundo [Amazônia 2030](#).

¹⁴ Detalhes técnicos estão em preparação pelo Instituto Talanoa.

Os últimos quatro anos provaram que discurso desmata e mata. Nas localidades visitadas por Bolsonaro houve aumento dos crimes ambientais¹⁵. Se a Amazônia Legal fosse um país, teria hoje a 4º taxa de homicídios mais alta do mundo, ficando atrás apenas de El Salvador, Venezuela e Honduras. É preciso um compromisso incisivo à sociedade brasileira e global de que o próximo governo não tolerará ilegalidade e atuará para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. Para isso, será urgente reverter o processo de cupinização institucional que deteriora as instituições do governo federal por dentro, mantendo alguma aparência de normalidade.

As ações de comando e controle do desmatamento são urgentes e ao mesmo tempo devem fazer parte de um contexto estratégico amplo para uma mudança na lógica do combate à criminalidade na região. Ou melhor, às criminalidades: além dos crimes ambientais (desmatamento, grilagem, garimpo ilegal etc), o narcotráfico é outro componente das disputas territoriais, refletindo disputas entre facções criminosas, sobrepostas àquelas ligadas às ilegalidades ambientais. A militarização não é o caminho. O governo Bolsonaro gastou mais de R\$500 milhões com operações militares na Amazônia e o desmatamento só aumentou.

Hoje a fiscalização ambiental atualmente é altamente técnica, cruzando muitos dados públicos e imagens de satélite. Os recursos tecnológicos permitem operações remotas, que devem ser reforçadas, assim como a implementação de sistemas de cadeias produtivas. As operações de campo devem priorizar unidades de conservação, terras indígenas, áreas com indefinições fundiárias, as situações que inviabilizam esforços remotos. Para isso, os sistemas públicos de autorização, federais e estaduais devem conversar entre si e ser transparentes. Há dados da sociedade civil que podem ajudar muito, como os do MapBiomas, já utilizados por entes privados e públicos.

Ações:

- **Descupinização institucional:** Fortalecer o Ministério do Meio Ambiente, restaurando suas competências e capacidades nos temas de água, oceano, educação ambiental e mudança do clima;
- **Fortalecimento dos órgãos de fiscalização: eficiência remota e in loco.** Apoiar - no discurso e por atos legais - o entendimento da validade jurídica da fiscalização remota; contratar servidores de nível superior/especialistas para suprir o déficit de pessoal.
- **Ações anti-crime integradas.** Implementar governança coordenada entre os diferentes Poderes e esferas para atacar os diferentes tipos de criminalidade de forma integrada, uma vez que são fenômenos que se interrelacionam.
- **Licenciamento por inteiro: o antes e o depois.** É necessário fortalecer os órgãos ambientais para que a obtenção da licença não seja o ponto final dos compromissos ambientais de empreendimentos. A licença é a primeira etapa, somente. Fortalecer

¹⁵ Segundo Instituto Socioambiental.

estruturas de licenciamento para que possam efetuar rotinas de fiscalização e acompanhamento pós-licença.

5. Prevenir queimadas descontroladas e orientar o uso racional do fogo, em todos os biomas

As florestas queimadas continuam a emitir CO₂ por 7 anos após o incêndio e não recuperam seu estoque original mesmo após 30 anos de serem queimadas.

Ações:

- Reduzir o desmatamento, diminuindo a chance de que haja fogo em mata derrubada escapando para a floresta;
- Utilizar modelo bem sucedido dos agentes comunitários de saúde na Amazônia para um programa de agentes do fogo, que vão às propriedades qualificar o produtor a utilizar o fogo como manejo do solo de forma adequada.

6. Colocar um preço nacional na poluição por carbono e Tornar nossas exportações livres de desmatamento para proteger comércio, investimentos e competitividade

É preciso regular as emissões, precificando e operacionalizando o mercado nacional de carbono, sob regras que atendam os interesses nacionais, já que nossas emissões serão taxadas lá fora caso não tenham seu conteúdo de carbono precificado domesticamente.

Por outro lado, quase metade das emissões de gases de efeito estufa do Brasil está no setor de uso da terra, sendo quase a totalidade nessa área ligada ao **desmatamento**, sobretudo da Amazônia e do Cerrado. Atacar a perda de florestas e atuar na regeneração de áreas degradadas trará resultados imediatos no cumprimento das metas brasileiras de emissões. Por outro lado, manter o atual estado de perda crescente de floresta para uso agropecuário significa tirar competitividade dos produtos brasileiros, expostos a novas barreiras comerciais, entre elas a taxação ou o banimento pelo “risco-desmatamento”.

Ações:

- Sistema de rastreabilidade das cadeias produtivas, integrando dados e cadastros, capitaneado pela Receita Federal.
- Regulação de um mercado nacional de carbono¹⁶, nos moldes de um sistema de comércio de emissões nacional (cap-and-trade), com geração de 100,000 novos

¹⁶ Proposta 7.1 do Brasil 2045, volume 1, OC.

empregos e uma "bolsa carbono" para compensar eventual perda de poder de compra dos mais pobres¹⁷.

7. Completar nossa transição energética de forma justa, com geração de emprego e renda

7.1 Petróleo para fora

A política para o petróleo e gás deve ser dual para melhor aproveitar as oportunidades no contexto internacional (guerra na Ucrânia, sanções à Rússia e alta do barril) e doméstico. No mercado global, o Brasil caminha para se firmar como fornecedor de 2-3 milhões de barris/dia (mbpd) até o fim de 2023.

Ações:

- Aproveitar o contexto internacional para exportar petróleo com a garantia de que rendas oriundas disso serão reinvestidas na transição energética justa interna e na adaptação (vide item 2 acima).
- Rever a "oferta permanente" (realizada por Bolsonaro) de blocos em áreas altamente sensíveis à biodiversidade marinha¹⁸.

7.2 Renováveis para dentro

O contexto doméstico, por outro lado, oferece melhores oportunidades de geração de renda e postos de trabalho através de uma política de transição energética: o custo da produção de eletricidade em parques eólicos e solares fotovoltaicos é das mais baratas do mundo; e a cada MW instalado em parques solares e eólicos cria 11 a 12 postos de trabalho permanentes. O crescimento desta geração renovável tem sido, no governo atual, artificialmente limitado pelo estímulo às termelétricas que queimam gás natural importado dos EUA. Com essa política antinacional, antipopular e antieconômica, o consumidor brasileiro está exposto à moeda estrangeira (US\$) e à volatilidade do mercado internacional. O aumento da oferta de eletricidade barata – sem uso de recursos públicos, apenas remoção da barreira “termoelétrica” – permitirá acelerar a eletrificação da mobilidade urbana por ônibus, com efeitos benéficos para veículos urbanos de carga e de passageiros, que já estão crescendo sem estímulo governamental. Não se pode ignorar, entretanto, os possíveis impactos socioambientais para a instalação de parques de renováveis, com atenção para o Nordeste.

Ações:

¹⁷ Vide recomendações técnicas específicas [aqui](#).

¹⁸ Proposta 5.7 do volume 1 do Brasil 2045, OC.

- Remover os estímulos às termelétricas¹⁹.
- Promover, com Estados e municípios, programas de capacitação e renda para as localidades impactadas pela descarbonização (Santa Catarina, por exemplo).
- Estabelecer mecanismos de consulta às populações dos locais de instalação dos parques de renováveis e estimular a imediata resolução dos passivos socioambientais de grandes parques eólicos e fazendas solares, em especial no Nordeste.
- Estabelecer um processo de Planejamento Espacial Marinho, de forma rápida e participativa, visando minimizar os impactos socioambientais das eólicas offshore.
- Apoiar o uso do transporte público “limpo” e a mobilidade urbana com desestímulo ao transporte particular e progressiva eletrificação das frotas²⁰.

7.3 “Centrãoduto” ou “Brasduto”

O gás natural, no âmbito doméstico, exigirá atenção do governo federal. Além de controlar a abertura “geral e irrestrita” da exploração em terrenos “onshore”, as tentativas de “assalto a cofres públicos” para a construção de gasodutos, como o “Centrãoduto” ou “Brasduto”, terão de ser redirecionadas. A construção de grandes gasodutos é equivocada porque nos segmentos em que o gás natural ainda tem um papel (indústria e transporte de cargas de longa distância) a melhor alternativa é o seu transporte na forma comprimida (GNC) ou liquefeita (GNL). A China tem experiência nisso e a atividade ensejaria cooperação bilateral.

Ações:

- Interromper a estratégia para promover a construção de gasodutos.

7.4 Modernização do setor elétrico e redução da conta de luz das famílias

O novo governo federal terá nas mãos a oportunidade de modernizar o setor elétrico, articulando a aprovação do PL414/2021, que gerará benefícios diretos para as famílias de menor renda. Hoje 20% (IPEC) delas trocam o pagamento da conta de energia elétrica por compra de comida. Com amplo apoio tanto entre os agentes do setor elétrico como entre os consumidores, da ABRACE, que congrega de grandes indústrias, ao Instituto Pólis, que representa pessoas de menor renda, o projeto de lei está bloqueada por “jabutis Centrãoduto ou Brasduto”, que não são aceitos pelo setor elétrico e consumidores. Entre os benefícios do PL414/2021, está permitir cobrar dos consumidores o seu custo real para as redes de distribuição. Com isto, os de menor renda verão suas contas mensais reduzidas à metade ou mais. Justiça energética: paga menos quem custa menos. (Ensaio numérico para 10 distribuidoras, promovido pelo Instituto Pólis com apoio do iCS, estará pronto ao final de junho de 2022.)

¹⁹ Propostas 5.3 e 5.9 do volume 1 do Brasil 2045, OC.

²⁰ Proposta 5.2 do volume 1 do Brasil 2045, OC.

Ações:

- Apoiar e articular com o Congresso a aprovação do PL 414/2021, sem os jabutis.

7.5 Diesel importado e inflação

Hoje 25% do diesel consumido no Brasil é importado. Não há solução para o seu preço alto, uma vez que é commodity em que a Rússia é o maior fornecedor internacional. A volatilidade, entretanto, é um impacto que precisa ser atenuado, a partir de política pública.

Ações:

- A curto prazo é preciso aumentar o seu estoque em território nacional. Isto significa aumentar a tancagem, por meio dos operadores logísticos (BR/Vibra etc.). Não é um investimento alto e seus benefícios são duradouros.
- Parte do estoque deverá estar em mãos do Estado Brasileiro, para operar como fator de atenuação da volatilidade e controle da inflação, em operação semelhante à do BACEN no câmbio doméstico.
- Esta função deverá ter governança blindada de interesses antinacionais, antieconômicos e antipopulares. Uma alternativa é ampliar as atribuições da PPSA, para que tenha uma “mesa” de operações de derivados.

8. Promover a transição para Agricultura de Baixo Carbono e viabilizar metas de desmatamento líquido zero na agropecuária

O Brasil tem um imenso estoque de terras subaproveitadas onde aumentos de eficiência liberariam grandes áreas para outros usos, dispensando a necessidade de novos desmatamentos. O fomento das novas tecnologias necessárias para esses ganhos de eficiência deve advir de recursos públicos, que podem ser direcionados, já que o crédito privado está crescendo rapidamente no agronegócio para atender outras necessidades de financiamento do setor.

Ações²¹:

²¹ Para mais ações no setor agropecuário, vide [Clima & Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030](#) (pg. 58)

- Estabelecer meta de desmatamento líquido zero na agropecuária antes de 2030 com aumento de eficiência das áreas ocupadas, recuperação de áreas degradadas com tecnologias de baixo carbono e restauração florestal.
- Fortalecer Unidades da Embrapa que trabalham com inovação em tecnologias de Agricultura de Baixo Carbono para ampliar a escala de atuação e posicionar a empresa como líder global nestas tecnologias.
- Implementar um grande programa de assistência técnica federal que transfira as tecnologias de agricultura regenerativa da Embrapa para agricultores, cooperativas e consultores na ponta (ILPF, sistemas agroflorestais, manejo de pastagens, bioinsumos e sistemas de plantio direto);
- Estabelecer uma meta de atingir 100% do crédito rural para agricultura de baixo carbono até 2030, removendo os atuais limites de crédito e adotando metas intermediárias de alocação de crédito anual;
- O Governo Federal deve ampliar a porcentagem de recursos do Plano Safra destinados ao ABC+, gradativamente até 2030;
- Garantir que a Subvenção do Prêmio de Seguro Rural (PSR), demanda crescente do setor, seja atrelada a exigências ambientais que mitiguem a vulnerabilidade a eventos climáticos nas propriedades e priorizem produtores que mantenham excedentes de vegetação nativa e cumpram o Código Florestal.